

O Brasil e o México evitaram a criação do "clube dos devedores"

por Hugh O'Shaughnessey
do Financial Times

O Brasil e o México, os maiores devedores da América Latina, aparentemente foram bem sucedidos na sexta-feira à noite em bloquear iniciativas radicais para estabelecer o que efetivamente constituiria "clube dos devedores" regional.

Os dois países, apoiados pela Colômbia, que sediou a reunião de dois dias dos ministros das Finanças e das Relações Exteriores de onze países, em Cartagena, asseguraram-se de que o resultado das deliberações fosse descrito em uma linguagem moderada e cautelosa.

Enquanto as negociações se aproximavam do fim, reduziam-se as esperanças de delegações como as da Argentina, Bolívia, República Dominicana e Equador por algum tipo de ação unilateral para reduzir a saída de capital líquida da reunião.

A sugestão boliviana para uma comissão de nego-

ciação da dívida, que poderá ser encarregada de buscar melhores termos de pagamento para todos os países da região, não foi aceita generalizadamente, e muito menos seu projeto para tentar limitar os pagamentos do serviço da dívida a uma proporção — 25% ou menos — dos rendimentos de exportações dos países endividados.

Ao mesmo tempo, há consenso de que as crescentes dificuldades dos governos latino-americanos para pagar as dívidas, estimadas em um total de US\$ 350 bilhões, devem ser submetidas e consideradas pelos líderes políticos do mundo desenvolvido, e não apenas pelos bancos centrais e bancos comerciais, além das agências multilaterais de crédito.

O grupo latino-americano, provavelmente representado pelo ministro das Relações Exteriores da Colômbia, tentará acertar uma reunião política de alto nível, na qual estejam representados os governos

da América Latina e dos países industrializados. A conferência buscará novas fórmulas para aliviar as pressões financeiras sobre os governos da região.

MEDIDAS UNILATERAIS

Caso os governos dos principais países industrializados não aceitem a proposta de novas conversações de alto nível, é provável que alguns governos latino-americanos comecem a adotar medidas unilaterais para reduzir os pagamentos do serviço da dívida.

Todos os governos representados na conferência de dois dias referiram-se à ameaça à estabilidade política contida nas medidas de austeridade que estão sendo impostas à já empobrecida população da América Latina. A presença de ministros representando os regimes militares do Uruguai e do Chile fez porém com que fossem abrandadas as referências à necessidade de preservar a democracia na região.

Um dos efeitos mais du-

radouros da reunião de Cartagena serão provavelmente as referências à necessidade de estimular os investimentos externos na região e de reduzir a dependência de créditos financeiros. O presidente Belisário Betancur, da Colômbia, desempenhou papel primordial em encorajar seus vizinhos para proporcionar maior incentivo aos investidores estrangeiros e a reduzir as barreiras para os investimentos externos criadas por sucessivas gerações de políticos nacionalistas na região.

Os onze governos representados na conferência — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela — reiteraram em várias ocasiões que não estão procurando evitar pagar as dívidas. O governo colombiano ressaltou o seu ponto de vista de que a América Latina está sofrendo uma crise de liquidez, e que não está insolvente.